

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2006-2016): O CONHECIMENTO PRESENTE NO REPOSITÓRIO DO IBICT

**Juliane Kelly de Figueiredo Freitas**<sup>1</sup>

IFRN

julikellyf@hotmail.com

**Josánilda Mafra Rocha**<sup>2</sup>

IFRN

josanilda.mafra@gmail.com

**Lenina Lopes Soares Silva (Orientadora)**<sup>3</sup>

IFRN

leninasilva@hotmail.com

## RESUMO:

Essa comunicação tem como objetivo fazer um levantamento de trabalhos de teses e dissertações sobre políticas públicas para pessoas com deficiência na Educação Profissional, produzidos nos Programas de Pós-Graduação do Brasil, no período de 2006 a 2016, visando mapear os espaços institucionais e regionais do país onde ocorreram os estudos. A pesquisa foi realizada tendo como *locus* de busca o repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando como descritor: políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional, sem o uso das aspas, nos dias 11, 12 e 13 do mês de julho de 2017. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, conduzida por uma abordagem que se aproxima da histórico-dialética na medida em que a exposição situa o Estado Brasileiro como regulamentador dessas políticas de maneira histórico-crítica, ao mesmo tempo em que se considera que o desafio da produção ocorre de maneira regionalizada no país, o que colabora para que as disparidades regionais mostrem-se com nitidez visual, constatadas quando esses estudos são apresentados graficamente. Os resultados apontam um total de 58 trabalhos, sendo 39 dissertações e 19 teses, no período pesquisado. A leitura dos trabalhos permite afirmar que a instituição do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), nos anos 2000 e o Decreto de nº 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, elucidaram e fomentaram discussões para elaboração desses trabalhos. Consideramos ainda que a região Sudeste apresenta o maior número de trabalhos, seguida das regiões Sul e Centro-Oeste que juntas apresentam mais de 80% dos trabalhos produzidos sobre o tema o que confirma as disparidades entre as regiões do país em relação a produção de conhecimento sobre essas políticas.

**Palavras-Chave:** Produção do Conhecimento; Pessoas com Deficiência; Educação Profissional; Estado Brasileiro; Políticas Públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, estas concepções refletem-se

---

<sup>1, 2</sup>, Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Natal Central*.

<sup>3</sup>, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Natal Central*

no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades.

(Declaração de Salamanca, 1994, p. 18).

O conhecimento é um processo social e histórico que participa da evolução da matéria viva, no qual cada indivíduo, inserido num determinado espaço e tempo, atuam como sujeitos produtores de conhecimento. O que faz com que a dialética, denuncie a produção de verdades, conceitos e realidades para atender determinados interesses. Segundo Minayo (2014), na sua concepção de Teia de Conhecimento, esse conhecimento é tecido à medida que se faz o entrelace da consciência possível com a consciência real debatendo e compreendendo as relações sociais que formam e influenciam a formação do sujeito e também a produção de conhecimentos.

Para que a igualdade de oportunidade seja proporcionada faz-se necessário o movimento de colocar-se no lugar do outro, o que compreende algo muito mais interno e que, de acordo com Vygotsky (1987) depende do conhecimento construído do indivíduo a partir das relações com o meio em qual esteja inserido. Sendo assim, e conforme a epígrafe deste artigo, já referenciada, “no campo da educação, estas concepções refletem-se no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades.” Nesse sentido, nos questionamos se a produção do conhecimento acerca de políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional no Brasil também acompanha as disparidades regionais no país.

Manfredi (2002) salienta que é preciso levar em conta que todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção de conhecimento. Sendo assim, dominar conhecimentos não quer dizer apenas apropriação de dados objetivos pré- elaborados, produtos prontos do saber acumulado, mas proceder à mediação entre os significados do saber no mundo atual e aqueles dos contextos que foram produzidos, sendo, portanto, capaz de debater, inquietar ou suscitar os nexos e a criticidade sobre um assunto. Assim, determinada temática passa a ser fomentada como uma política pública, quando entra na mesa de discussões e debates dos governantes. Contudo, deve de antemão representar o desejo e a inquietação de uma sociedade que clama por mudanças.

Desse modo, debater sobre políticas para pessoas com deficiência no Brasil, na perspectiva da Educação Profissional nos dias atuais, apesar da implementação de inúmeras leis e decretos, ainda pode ser compreendida como uma problemática cuja conjunção de temas é um desafio em virtude do pouco conhecimento científico produzido a esse respeito. Essas elaborações justificam este trabalho diante da constatação de que a produção sobre o tema é incipiente, sendo essa a razão para fazer este trabalho que mapeia essa produção, observando como no Estado Brasileiro regionalmente esse conhecimento científico é constituído na elaboração de dissertações e teses.

No intuito de poder contribuir para esse acervo, informamos que essa pesquisa é um recorte de uma investigação mais ampla, cuja finalidade é a elaboração de uma dissertação ainda em

construção na linha pesquisa, Políticas e Práxis em Educação Profissional, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, cujo objeto estuda as Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Profissional: entre o legal e a realidade.

## **2. OBJETIVO**

Mapear a produção de conhecimento científico acerca de políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional, produzida nos programas de pós-graduação nas diversas regiões do Estado Brasileiro, visando apontar as diferenças regionais dessa produção em termos quantitativos.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa documental e bibliográfica, tendo como *locus* da pesquisa o sítio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), um repositório digital que de maneira organizada reúne, produções científicas de instituições ou áreas temáticas, armazenando arquivos de diversos formatos. Esse repositório por reunir um grande número de produções oferece maior visibilidade aos resultados de pesquisas, possibilitando a preservação da memória científica das instituições. Dispõe, ainda, em seu acervo trabalhos de Teses e Dissertações produzidas nos diversos programas de pós-graduação *strictu sensu*, das diversas universidades do país.

Nessa pesquisa, não se estabeleceu um recorte temporal, o que apresentamos no título reporta-se ao período da produção encontrada, posto que os resultados refletem os trabalhos encontrados com o descritor utilizado para a busca dos trabalhos. As análises e discussões foram feitas de forma aproximada à abordagem dialética, situando, de maneira histórico-crítica, a produção do conhecimento acerca de políticas públicas para pessoa com deficiência na educação profissional nas cinco regiões do Brasil.

A busca foi realizada tendo como *locus* de busca o repositório do IBICT, utilizando como descritor: políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional, sem o uso das aspas, nos dias 11, 12 e 13 do mês de julho de 2017.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza quantitativa sem perder o enfoque qualitativo, pois foi conduzida por uma abordagem que se aproxima da histórico-dialética na medida em que a exposição situa o Estado Brasileiro como regulamentador dessas políticas, ao mesmo tempo em que se considera que o desafio da produção ocorre de maneira regionalizada no

país, o que colabora para que as disparidades regionais em relação à produção científica mostrem-se com nitidez visual. Essas são constatadas quando esses estudos são apresentados graficamente.

#### **4. UM CAMINHO DE LUTAS E CONQUISTAS**

Apesar de já se debater sobre políticas para pessoas com deficiência antes mesmo da Convenção de Salamanca em 1994, a Declaração resultante desta, é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos, de 1990. Esta se articula a uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva na pauta das agendas políticas mundiais, cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial a partir das décadas de 1960 e 1970. A Declaração é também considerada inovadora, por proporcionar a colocação da educação especial dentro da perspectiva de “educação para todos”, firmada em 1990, quando se passou a discutir as práticas de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e a efetivação de seus direitos numa sociedade de aprendizagem.

A Convenção de Salamanca tem, assim, permeado inúmeras discussões sobre temáticas que envolvem as pessoas com deficiência, e embora, a passos lentos, a fomentação de elaboração de leis e decretos que institucionalizaram o acesso aos direitos dessas pessoas, sobretudo na educação profissional ainda não se materializou na prática. Para Manfredi (2002) isso pode ser notado através dos programas e ações implementados pelo Estado Brasileiro, ainda pelo modo precário como aparece a temática nessas políticas.

A Educação Profissional ocupa uma posição relevante na vida dos sujeitos, sejam esses deficientes ou não, uma vez que inscreve um dos papéis sociais a ser desempenhado na sociedade em um patamar diferenciado daqueles que possuem apenas a educação básica, sem uma formação para o trabalho. Nesse sentido, há uma relação da profissão, compreendida como uma das formas para que no meio social os sujeitos cumpram seu papel. O trabalho é base para a estruturação das categorias socioprofissionais e faz nascer práticas coletivas, ordena ritmos e a qualidade de vida, enfim determina as relações entre os diferentes grupos, classes e setores da sociedade, mediante os quais define parâmetros de identidade social e cultural, de cooperação, de solidariedade ou então de competição, de lutas e conflitos sociais (MANFREDI, 2002, p. 33). Sendo assim, as pessoas com deficiência devem ter garantidos seu lugar como público-alvo de políticas públicas de educação profissional.

Para Ramos (2010), o trabalho traz, ainda, a concepção de Marx a esse respeito como uma atividade vital produtiva humana. Este é o elemento de objetivação da vida do homem e o conduz mais ativamente. É pelo trabalho que o homem se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado (MARX, 2001, p. 117). Portanto, se a educação profissional é um dos caminhos para a inserção do homem na vida social pelo trabalho, a pessoa com deficiência tem nessa -, um meio de objetivação da vida.

Assim, inscrever-se, nesse mundo do trabalho e acessar uma profissão em que se defina como um sujeito que trabalha, ainda tem uma representatividade para as pessoas com algum tipo de deficiência, uma vez que a educação básica com qualidade também é acessada de maneira comprometida, tendo, muitas vezes, que se adequar ao que é minimamente ofertado.

Reconhecidamente, tivemos avanços na elaboração e publicação de leis e decretos que norteiam o acesso aos direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, fazer com que essas políticas públicas sejam de fato efetivadas ainda requer inúmeras incitações e uma delas compreende transformar o pensamento socialmente construído em torno da pessoa com deficiência, visto que o movimento da inclusão deve ter como princípio a finalidade de que as pessoas devem ser respeitadas e inseridas socialmente independentes de suas características individuais. Todavia, observamos que nas sociedades fundadas no modo de produção capitalista este processo não é realizado em sua plenitude em virtude da desigualdade estrutural do próprio sistema. Constatamos também que nas sociedades geridas pelo capitalismo não apenas as pessoas com deficiência são excluídas, mas também todas aquelas que estão nos extratos mais pauperizados da sociedade ou que não se encontram inseridas no mercado de trabalho, ou ainda as que necessitam da assistência do Estado (MANTOAN, 1998).

No começo do século XXI, vivemos a chamada era da inclusão, que no entender de Sasaki (1999), essa é na verdade, a era na qual a sociedade deve se adaptar para poder incluir as pessoas com deficiência, e não o contrário. Neste sentido, estas pessoas devem se preparar para assumir seu lugar na sociedade. Sob esta perspectiva, cabe à sociedade como um todo o dever de se adaptar às diferenças individuais, aceitando-as como atributo, e não como obstáculo, valorizando assim, as diferenças e o potencial de todos. Defende-se, de acordo com Sasaki (1999) que a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, micro e macros, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas.

A mudança de concepção pode ser pautada na construção e produção do conhecimento, que põe em discussão inquietações com a realidade apresentada. No Brasil, essa produção ainda é ínfima e regionalizada nas regiões mais desenvolvidas do país, permanecendo, muitas vezes, dentro

das próprias universidades sendo necessário, portanto, que sejam socialmente distribuídas como afirma Minayo (2014). A autora traz ainda uma discussão onde sugere que as universidades e os centros de pesquisa tradicionais sejam questionados e desafiados em suas performances, sendo chamados a evoluir de uma situação de instituição fechada sobre si mesma e sobre sua própria produtividade, para se transformarem em núcleos irradiadores de relações e de construção do conhecimento, notadamente, sobre políticas públicas que envolvam educação e trabalho.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o mês de junho de 2017, foram feitos diversos levantamentos no sítio da Plataforma Sucupira, Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), devido às inconsistências de informações e as dificuldades encontradas para a categorização dos dados encontrados, escolhemos nos ater, apenas, à Plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para o mapeamento da pesquisa.

Inicialmente a grande dificuldade encontrada compreendeu estabelecer um descritor de busca, visto que na tentativa frustrada de não estigmatizar, co/existem várias formas de referência à pessoa com deficiência, tais como: pessoas especiais, pessoas com deficiência ou ainda portador de necessidades especiais, dentre inúmeros outros descritores, sobre os quais não foram encontrados trabalhos, ou ainda os resultados foram pouco expressivos. Não estabelecemos para a pesquisa um recorte temporal *a priori*, pois os resultados refletiriam esse recorte para os trabalhos encontrados com o descritor selecionado. Dessa maneira, é importante salientar que o descritor utilizado que mais satisfaz a busca foi: Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional, sem o uso das aspas. Com este registramos a presença de 58 trabalhos, sendo 39 dissertações e 19 teses distribuídas entre 29 instituições das diversas regiões do Estado Brasileiro, conforme os Gráficos 1, 2, 3 e 4.

As instituições encontradas na presente pesquisa podem ser visualizadas no Quadro 1.

**TABELA 1: Universidades nas quais foram produzidas dissertações e teses sobre políticas para pessoas com deficiência na educação profissional: 2006-2016**

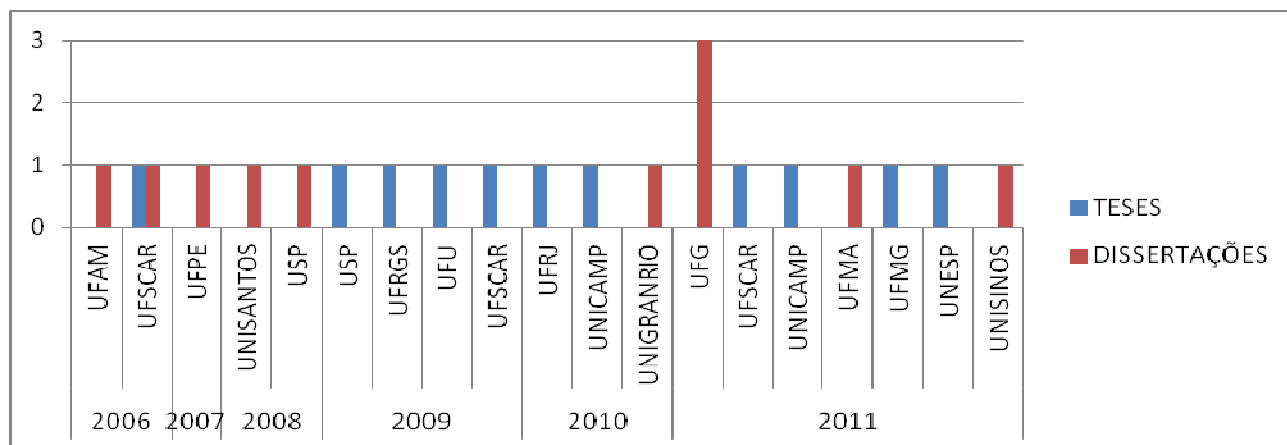
Nº	Universidades	Dissertações	Teses	Total
1	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2	4	6
2	Universidade Federal de Goiás (UFG)	4	1	5
3	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	3	1	4

4	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	4	0	4
5	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	1	3	4
6	Universidade de São Paulo (USP)	3	1	4
7	Universidade Metodista	3	0	3
8	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	2	1	3
9	Universidade de Campinas (UNICAMP)	0	3	3
10	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	1	2
11	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	0	2	2
12	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	1	0	1
13	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1	0	1
14	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	0	1
15	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	0	1	1
16	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1	0	1
17	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	0	1	1
18	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1	0	1
19	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	0	1
20	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	0	1
21	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1	0	1
22	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1	0	1
23	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	0	1	1
24	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha Minas Gerais (UFVJM)	1	0	1
25	(UNESP)	0	1	1
26	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	0	1	1
27	(UNIGRANRIO)	1	0	1
28	(UNISANTOS)	1	0	1
29	(UNISINOS)	1	0	1

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

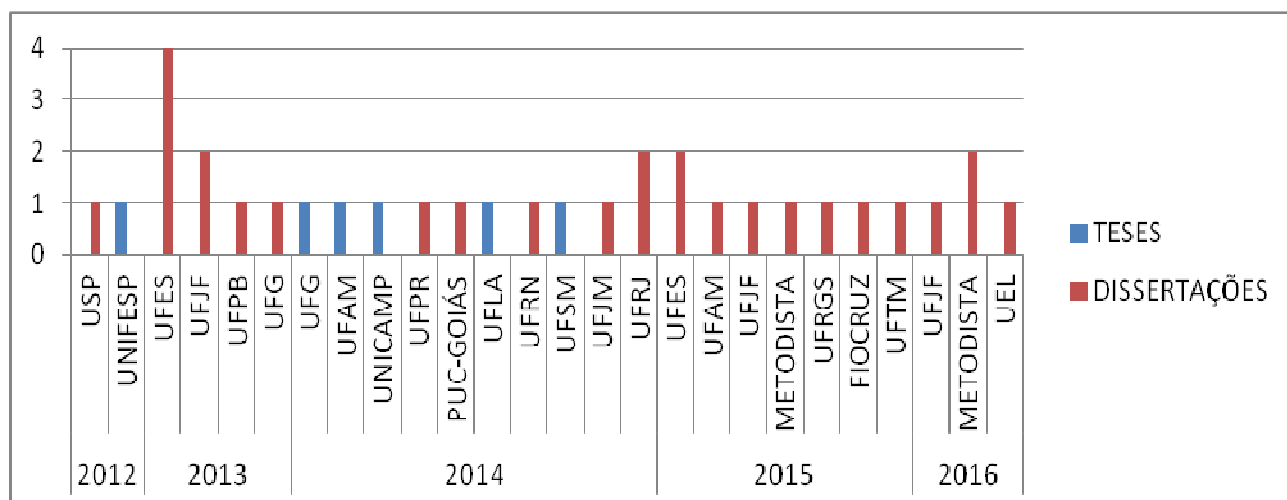
A seguir apresentamos Gráficos 1, 2, 3, e 4 que foram construídos tendo como referência a Tabela 1 e em seguida discutimos os achados da pesquisa conforme sua distribuição pelas regiões do Brasil

**Gráfico 1: Universidades nas quais foram produzidas dissertações e teses sobre Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional no período de 2006 a 2011**



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

**Gráfico 2: Universidades nas quais foram produzidas dissertações e teses sobre Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional no período de 2012 a 2016**



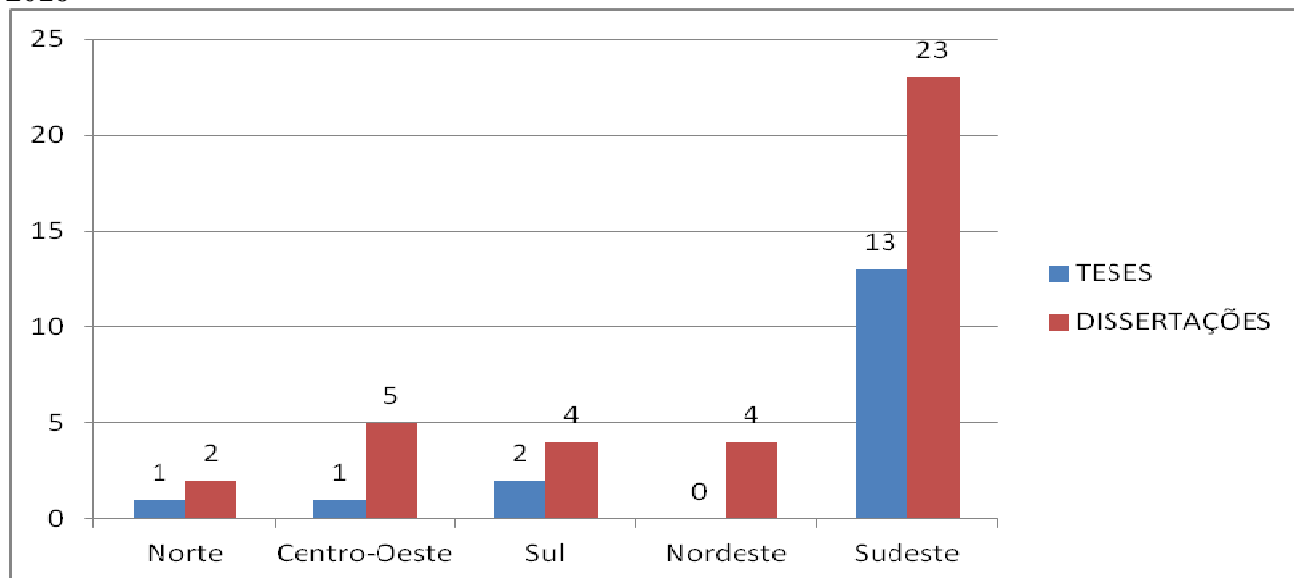
Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Mediante a análise dos Gráficos 1 e 2 que refletem o recorte temporal de 2006 a 2011 e 2012 a 2016 respectivamente, destaca-se a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a qual teve a produção de 6 trabalhos, sendo 4 dissertações no ano de 2013 e mais 2 no ano de 2012, seguida da Universidade Federal de Goiás (UFG) a qual somou a produção de 5 trabalhos dos quais se observam 4 dissertações, sendo 3 no anos de 2011 e uma no ano de 2013 e ainda uma tese no ano de 2014. Seguindo a análise observam-se sempre em destaque de produção as regiões Sul e Sudeste, seguida da Centro-Oeste; o que demonstra imbuído nesses índices os investimentos em pesquisa e



programas de pós-graduação no Estado Brasileiro, extremamente regionalizado. Sugerindo vários indicadores passíveis de estudos mais aprofundados posteriormente.

**Gráfico 3: Total das Produções de Teses e Dissertações sobre Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional por região, no Brasil 2006 - 2016**

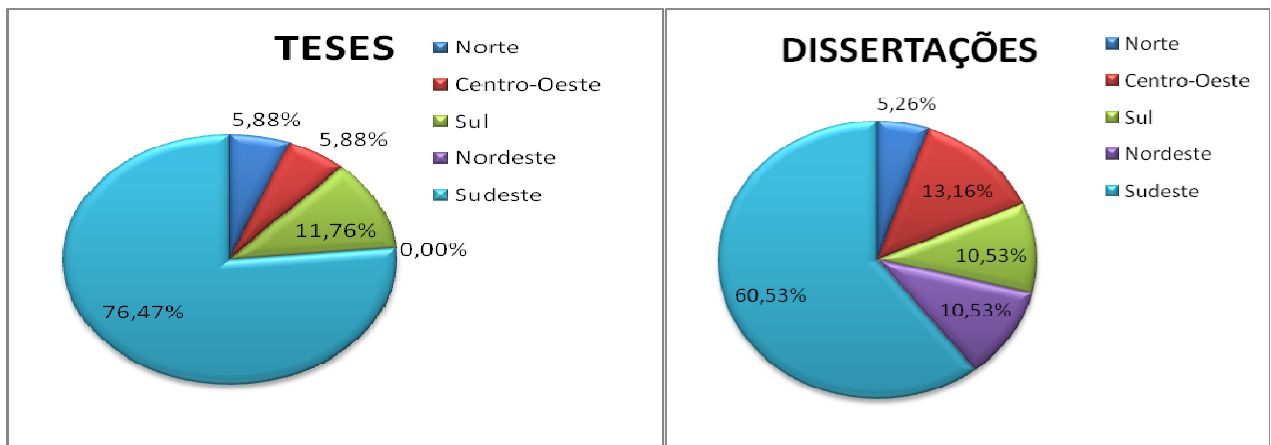


Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Dessa maneira, encontramos uma maior produção de Teses, que refletem um investimento maior no conhecimento científico nas regiões Sul e Sudeste, ocupando juntas 88,23% das produções de Teses, ou seja, de 17 trabalhos de Teses encontrados, 15 foram produzidos nessa região, contra 11,77% abarcados pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As dissertações com um número pouco mais expressivo, sendo um total de 38, por sua vez estão distribuídas da seguinte maneira: 71,06% na região Sul e Sudeste e 28,94% distribuídos entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um fato que também chama a atenção refere-se que a região Nordeste encontra-se com 0% de Teses que discutem a temática das Políticas Para as Pessoas com Deficiência na Educação Profissional. No Gráfico 4 mostramos como fica a distribuição por região do país no período estudado em termos percentuais.

**Gráfico 4: Percentual das Produções de Teses e Dissertações sobre Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional por região no Brasil.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Diante dos dados expostos, podemos observar que a produção do conhecimento científico no Estado Brasileiro sobre políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional ocupa nichos regionalizados. Esse resultado elucida as diferenças regionais em termos de investimento intelectual e acadêmico em pesquisa e informação a respeito dessa temática, mas também em relação as regiões do país que se propõem *locus* de pesquisa nas mais diversas áreas da educação e do ensino. Isso pode ser confirmado através dos relatórios de prestação de contas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que podem ser acessados através do sítio da própria instituição e, onde se observa que seus recursos possibilitam a continuidade de ações de apoio aos programas de pós-graduação e concessões adicionais de bolsas e recursos de fomento (custeio e capital) em todo território brasileiro. O que, segundo Rua (2009), demonstra a real intenção dos governantes em implementar algumas políticas de maneira regionalizada e de pesquisadores no que tange aos interesses de pesquisa.

Observamos que as produções que demonstram interesse para essa temática começam a ser publicadas a partir dos anos 2006, sendo recorrente até os dias atuais, tendo uma maior expressividade nos anos de 2011 (com 9 produções), 2014 ( com 11 produções) e 2015 (com 8 produções), anos esses que refletem a pauta da implementação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), nos anos 2000 e o Decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, e ainda, a elaboração da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) o que elucida a fomentação de discussões para elaboração desses trabalhos. Todavia, não justifica a quase ausência de pesquisas acadêmicas em determinadas regiões do país.

## CONCLUSÃO

A categoria deficiência é uma premissa socialmente erigida mediante um padrão de normalidade constituída por uma sociedade que confere à deficiência um lugar de exclusão e preconceito. Mesmo após a Convenção de Salamanca em 1994, a implantação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) nos anos 2000 e a promulgação da Lei de nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), ainda persistem práticas que desconsideram e/ou segregam as pessoas com deficiência durante a execução de suas atividades educativas e laborais.

A região Sudeste apresenta o maior número de trabalhos, seguida das regiões Sul e Centro-Oeste que juntas apresentam mais de 80% dos trabalhos produzidos sobre o tema o que confirma as disparidades entre as regiões do país em relação à produção de conhecimento sobre as políticas direcionadas às pessoas com deficiência.

Consideramos a partir dos dados alocados nesta pesquisa que o conhecimento científico produzido na seara das políticas públicas de educação profissional que contemple as pessoas com deficiência no Estado Brasileiro, é inexpressivo, sobretudo quando o subdividimos regionalmente. É indubitável reconhecer que apesar dos avanços legais esses não vêm acompanhados de financiamento e de uma política de implantação efetiva e eficaz que tratem da inclusão da pessoa com deficiência nos espaços formativos. Assim sendo, ainda há muito a se percorrer nesse caminho de lutas e desafios, sobretudo, no que tange a efetivação dos direitos sociais, historicamente conquistados, mas que ao longo dos séculos, encontram severas vicissitudes para se concretizarem em ações efetivas que consubstanciem uma sociedade pautada pela inclusão das pessoas com deficiência nas diversas esferas, entre elas, a esfera da educação profissional com vistas ao trabalho e ao processo de sociabilidade com mais eficiência para a objetivação ativa da vida dessas pessoas.

Por fim, faz-se necessário que o conhecimento científico sobre políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional seja estimulado nas diversas regiões do Estado Brasileiro para que fomente iniciativas inclusivas na vertente da educação profissional e que o trabalho também possa constituir um objeto de ação e de intervenção de políticas governamentais, à medida que se inscreve como uma atividade social necessária e urgente para essas pessoas.

## REFERÊNCIAS

**Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED.** Disponível em < <http://www.anped.org.br>> Acesso em: 11. jul.2017.

**BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm).

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004** (Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **História e missão. Fundação CAPES,** 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em 15. jun.2017

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994. Pelo Fórum Nacional de Educação- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, 2013.95p. Disponível em: < <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacaobrasileiraindicadoresedesafios.pdf>> Acesso em 15. Jun.2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais:** Conferência mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, Acesso e Qualidade. Salamanca-Espanha, 7-10 de junho de 1994. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 17 de jun.2017.

Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICIT. Disponível em < <http://www.ibict.br>> Acesso em 11,12 e 13 de jul.2017.

MANFREDI, S.M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, M.T.E. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. **Revista Integração**. Brasília, 1998, nº 20.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 18. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

RAMOS, M. **Trabalho, Educação e Correntes Pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJU, UFRJ, 2010.

RUA, M.G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOSTKY, L. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.